

A EDUCAÇÃO EM DEBATE NA ASSEMBLÉIA NACIONAL PORTUGUESA: o contributo das mulheres deputadas (1945-1957)

Paulo Drumond Braga^(*)

Resumo

Tendo entrado na Assembleia Nacional do Estado Novo português como deputadas em 1935, as mulheres depressa se salientaram na sua preocupação com questões educativas. Neste artigo estuda-se a acção que nesse domínio concreto levaram a cabo as quatro deputadas que estiveram em funções nas legislaturas de 1945-1949, 1949-1953 e 1953-1957: Virgínia Gersão, Luísa Van Zeller, Maria Guardiola, Leonor Correia Botelho e Margarida Craveiro Lopes dos Reis.

Palavras-chave: Portugal. Estado Novo. Assembleia Nacional. Mulheres Deputadas. Educação.

Abstract

Women joined the Portuguese National Assembly as MPs in 1935, and soon stood out due to their concern for educational issues. This article aims to study the action, in this particular area, carried out by the 4 MPs in office from 1945 to 1957, corresponding to the fourth, fifth and sixth legislatures: Virgínia Gersão, Luísa Van Zeller, Maria Guardiola, Leonor Correia Botelho and Margarida Craveiro Lopes dos Reis.

Key-words: Portugal. New State (“Estado Novo”). National Assembly. Women MPs. Education.

^(*) Doutor em História pela Universidade Nova de Lisboa. Docente da Escola Superior de Educação Almeida Garrett. E-mail: drumondbraga@hotmail.com.

1. Segundo a Constituição portuguesa de 1933, que instituiu o Estado Novo, a Assembleia Nacional era um dos órgãos de soberania, a par com o presidente da República, o governo e os tribunais. Competia-lhe elaborar as leis, interpretá-las, suspendê-las e revogá-las. Também deliberava a respeito da revisão constitucional antes de vencido o prazo de 10 anos sobre a última revisão ocorrida. Da sua exclusiva competência eram temas como a declaração do estado de sítio, a aprovação de convenções internacionais e a criação ou a supressão de serviços públicos. Em qualquer altura, podia ser dissolvida pelo Presidente da República. Começou por ser constituída por 90 deputados, eleitos em lista única, de quatro em quatro anos, por sufrágio directo. Quer isto dizer que não eram permitidos candidatos a deputados pela oposição e que os eleitos não representavam qualquer círculo eleitoral. As sessões legislativas duravam três meses e não havia comissões parlamentares permanentes e especializadas. Com a revisão constitucional de 1945, vários aspectos sofreram alteração: em teoria foram a partir de então possíveis listas da oposição, o número de deputados aumentou para 120, foram introduzidos círculos eleitorais e passaram a existir comissões parlamentares¹.

Na primeira Assembleia Nacional, inaugurada em 1935, em resultado de eleições realizadas em Dezembro de 1934, havia pela primeira vez na história de Portugal – seguindo uma tendência verificada nalguns países europeus² - , mulheres deputadas³. Uns dias antes do acto eleitoral, Salazar anunciara a novidade em entrevista

¹ José Manuel Quintas, “Assembleia Nacional”, in *Dicionário de História do Estado Novo*, direcção de Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, v. I, Venda Nova, Bertrand, 1996, p. 69-70; Manuel Braga da Cruz, “Assembleia Nacional”, in *Dicionário de História de Portugal. Suplemento* direcção de António Barreto e Maria Filomena Mónica, v. VII, Porto, Figueirinhas, 1999, p. 132-134; Rita Almeida Carvalho, *A Assembleia Nacional no Pós-Guerra (1945-1949)*, Lisboa, Assembleia da República, Porto, Afrontamento, 2002, p. 198-295.

² Outros Países precederam Portugal nesta abertura dos parlamentos ao sexo feminino. O pioneiro havia sido a Finlândia, em 1907. Seguiram-se o Reino Unido (Câmara Comuns, 1919; Câmara dos Lordes, 1958), a Alemanha (1919), a Áustria (1919) – seria neste país que, em 1927, uma mulher iria pela primeira vez desempenhar as funções de presidente do parlamento – , a Polónia (1919), a Hungria (1920), a Holanda (1920), a Noruega (1921), a Irlanda (1922), a Espanha (1927), a Bélgica (1929), entre outros exemplos. Não ficaram de fora países da América e da Oceânia: os Estados Unidos da América (Câmara dos Representantes, 1917; Senado, 1931), o Canadá (1921), a Austrália (1921), o Brasil (1933) e a Nova Zelândia (1933). Posteriores a Portugal seriam, por exemplo, os casos de França (1945), da Itália (1946) e da Grécia (1953).

³ Maria Reynolds de Sousa, “As primeiras deputadas portuguesas”, in *A Mulher na Sociedade Portuguesa. Visão Histórica e Perspectivas Actuais*, v. II, Coimbra, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Instituto de História Económica e Social, 1986, p. 427-444; id., “Deputadas à Assembleia Nacional”, in *Dicionário no Feminino (Séculos XIX-XX)*, direcção de Zília Osório de Castro e João Esteves, coordenação de António Ferreira de Sousa, Ilda Soares de Abreu e Maria Emília Stone, Lisboa, Horizonte, 2005, p. 264-275; Ana Vargas, “Mulheres na Assembleia Nacional (1933/1974)”, *Eleições. Revista de Assuntos Eleitorais*, v. 6, Lisboa, 2000, p. 43-62; Irene Flunser Pimentel, *História das Organizações Femininas do Estado Novo*, Lisboa, Temas e Debates, 2001, pp. 30-33; Áurea Adão e

ao jornal *O Século*, comentando que tal não significava “ter-se o Estado ou elas próprias [as candidatas a deputadas] convertido agora ao feminismo”⁴.

As mulheres em causa eram Domitila de Carvalho, Maria Cândida Parreira e Maria Baptista dos Santos Guardiola⁵. Domitila de Carvalho (1871-1966) tinha sido a primeira mulher a frequentar a Universidade de Coimbra, onde se licenciara em Matemática, Filosofia e Medicina. Foi escritora, médica e professora de liceu (onde foi a primeira mulher a leccionar matemática), tendo chegado a reitora do primeiro liceu feminino de Lisboa, o de D. Maria Pia, depois chamado de Maria Amália Vaz de Carvalho. Era monárquica e fervorosa admiradora de Sidónio Pais⁶. Maria Cândida Parreira (1877-1942) foi advogada e autora de livros de poesias e peças de teatro⁷. Finalmente, Maria Baptista dos Santos Guardiola (1895-1987) tinha o curso de professora do ensino primário e a licenciatura em Matemática pela Universidade de Coimbra. Docente em vários liceus, chegou a reitora de um deles, o de Maria Amália Vaz de Carvalho (1928-1946). A sua função mais relevante e duradoura foi a de comissária nacional da Mocidade Portuguesa Feminina (1937-1968). Foi ainda vice-presidente da Obra das Mães pela Educação Nacional (1936-1974) e da 3.ª secção da Junta Nacional de Educação (1936-1940)⁸.

Na segunda legislatura (1938-1942) saiu Cândida Parreira e mantiveram-se Domitila de Carvalho e Maria Guardiola, entrando Maria Luísa Saldanha da Gama Van Zeller (1906-1983). A nova deputada era médica, tendo trabalhado em diversos

Maria José Remédios, “A narratividade educativa na 1. fase da governação de Oliveira Salazar. A voz das mulheres na Assembleia Nacional portuguesa (1935-1945)”, *Revista Lusófona de Educação*, n. 5, Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2005, p. 85-109; J. M. Tavares Castilho, *Os Deputados da Assembleia Nacional (1935-1974)*, Lisboa, Assembleia da República, Texto, 2009, p. 137-138.

⁴ Fernando Rosas, *As Primeiras Eleições Legislativas sob o Estado Novo. As Eleições de 16 de Dezembro de 1934*, Lisboa, *O Jornal*, p. 44.

⁵ A percentagem de mulheres deputadas foi, nesta legislatura, assim como na seguinte, de 3,3%.

⁶ Irene Flunser Pimentel e J. Esteves, “Carvalho, Domitila de”, in *Dicionário de Educadores Portugueses*, direcção de António Nóvoa, Porto, Asa, 2003, p. 292-293; Maria José Remédios, “Domitila Hormizinda Miranda de Carvalho”, in *Dicionário no Feminino* [...], p. 284-285; Maria Reynolds de Sousa, “Carvalho, Domitila Hormizinda Miranda de”, in *Dicionário Biográfico Parlamentar. 1935-1974*, direcção de Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, vol. I, Lisboa, Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Assembleia da República, 2005, p. 363-365.

⁷ Maria Reynolds de Sousa, “Parreira, Maria Cândida Bragança”, in *Dicionário Biográfico Parlamentar* [...], vol. II, p. 292-295; idem, “Maria Cândida Bragança Parreira”, in *Dicionário no Feminino* [...], p. 601-602.

⁸ Irene Flunser Pimentel, “Guardiola, Maria Baptista dos Santos”, in *Dicionário de História do Estado Novo* [...], vol. I, p. 409; idem, “Guardiola, Maria Baptista dos Santos”, in *Dicionário de Educadores Portugueses* [...], pp. 661-663; Ana Vicente, “Guardiola, Maria Baptista dos Santos”, in *Dicionário de História de Portugal* [...], vol. VIII, pp. 741-746; Maria Reynolds de Sousa, “Guardiola, Maria Baptista dos Santos”, in *Dicionário Biográfico Parlamentar* [...], vol. I, p. 741-746; Sara Marques Pereira, “Maria Baptista dos Santos Guardiola”, in *Dicionário no Feminino* [...], p. 593-599.

hospitais e sido directora da Maternidade Alfredo da Costa e do Instituto Maternal. Foi comissária adjunta da Mocidade Portuguesa Feminina (1937-1945) e membro da comissão executiva da Obra das Mães pela Educação Nacional. De 1963 a 1971 foi directora-geral da Saúde⁹.

Maria Guardiola e Luísa Van Zeller permaneceram como deputadas no período de 1942 a 1945¹⁰, se bem que se saiba que o presidente da Assembleia Nacional, José Alberto dos Reis¹¹, tenha então colocado sérias dúvidas a respeito dessa continuidade. De, facto, em memorando dirigido a Salazar, quando se preparava a III legislatura, fez a seguinte anotação a seguir ao nome de cada uma das três deputadas: “Pessoalmente inteiramente indicada. Mas a experiência da representação feminina aconselha a que se continui? A meu ver, não”¹².

Em artigo publicado em 2005, Áurea Adão e Maria José Remédios estudaram já a acção parlamentar de Domitila de Carvalho, Cândida Parreira, Maria Guardiola e Luísa Van Zeller em matérias relacionadas com a educação, no período de 1935-1945, correspondente às três primeiras legislaturas da Assembleia Nacional¹³. O presente texto pretende fazer idêntica análise para a fase cronológica que vai de 1945 a 1957. Detive-me neste ano por duas razões: primeiro, porque a legislatura que então se inicia corresponde a uma fase de alterações significativas em Portugal, com as eleições presidenciais de 1958, a revisão constitucional do ano seguinte, o início da guerra colonial em Angola e a queda do Estado Português da Índia, ambas em 1961. Em segundo lugar, considere que os anos 60, plenos de transformações a nível educacional, como tal, com reflexos nos debates parlamentares, mereceriam um artigo à parte.

⁹ Cludia Castelo, “Van Zeller, Maria Luísa”, in *Dicionário de Educadores Portugueses* [...], p. 1394; Maria Reynolds de Sousa, “Van Zeller, Maria Luísa Saldanha da Gama”, in *Dicionário Biográfico Parlamentar* [...], v. II, p. 727-731; idem, “Maria Luísa de Saldanha da Gama Van Zeller”, in *Dicionário no Feminino* [...], p. 724-727.

¹⁰ A percentagem de mulheres reduziu-se, então, para 2,2%.

¹¹ José Alberto dos Reis (1875-1955), amigo pessoal de Salazar, era advogado e professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, tendo sido director da primeira e vice-reitor da segunda. Deputado de 1935 a 1945 foi, nesse mesmo período, presidente da Assembleia Nacional.

¹² Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo (A.N.T.T.), Arquivo Oliveira Salazar (A.O.S.), Correspondência Oficial (C.O.), Presidência do Conselho (P.C.), 17A, pasta 1, ff. 35 e 39). Numa outra lista de deputados, o próprio Salazar colocou um ponto de interrogação a seguir ao nome de Domitila de Carvalho (que, de facto, veio a sair da Assembleia Nacional), riscou o de Luísa Van Zeller (que, contudo, se manteve na câmara) e nada fez em relação ao de Maria Guardiola (que igualmente permaneceu no hemiciclo). Cfr. Lisboa, A.N.T.T., A.O.S., C.O., P.C., 17A, pasta 1, f. 53.

¹³ Áurea Adão e Maria José Remédios, “A narrativa educativa na 1. fase da governação de Oliveira Salazar” [...].

2. Na quarta legislatura, que decorreu de 1945 a 1949, duas mulheres¹⁴ foram deputadas, Virgínia Faria Gersão (1896-1974) e Luísa Van Zeller¹⁵. Se esta, como se viu, desempenhava funções desde 1938, aquela era estreante e terá sido convidada pelo médico pediatra coimbrão José dos Santos Bessa, também deputado¹⁶. Era licenciada em Filologia Românica pela Universidade de Coimbra. Leccionou primeiro na Escola Normal Primária de Lisboa e depois no Liceu Infanta D. Maria (Coimbra). Foi autora de várias obras didáticas de gramática e geometria e ainda de peças de teatro para crianças¹⁷.

Na legislatura seguinte, a de 1949-1953, saíram Luísa Van Zeller e Virgínia Gersão. Em documento enviado a Salazar, Albino dos Reis, presidente da Assembleia Nacional¹⁸, colocou a hipótese de a primeira poder “ser substituída com vantagem” e considerou, a respeito da segunda: “Poderia ser substituída, não obstante o seu interesse pelas coisas do ensino”¹⁹. De uma reunião entre o mesmo Albino dos Reis e o presidente da Comissão Executiva da União Nacional, Marcelo Caetano²⁰, chegou-se a três nomes, Maria Teresa Pereira da Cunha, Maria José Novais e Maria Leonor Botelho²¹. Entretanto, apenas ficou esta última, que havia sido indicada por Marcelo

¹⁴ A percentagem de mulheres reduziu-se aqui para 1,7%, assim tendo permanecido nas legislaturas de 1949-1953, 1953-1957 e 1957-1961. Na de 1961-1965 subiu para 2,3%, nas de 1965-1969 e 1969-1973 para 3,1%. A derradeira legislatura do Estado Novo, a que funcionou apenas de 1973 a 1974, elevou a percentagem para 6%. Para tudo isto, cfr. Ana Vargas, “Mulheres na Assembleia Nacional [...]”; Maria Reynolds de Sousa, “Deputadas à Assembleia Nacional” [...]; J. M. Tavares Castilho, *Os Deputados da Assembleia Nacional* [...], p. 137-138.

¹⁵ A primeira foi eleita com 107.373 votos e a segunda com 107.549. Cfr. *Anais da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa (IV Legislatura). I. Sessão Legislativa. 1945-1946*, Lisboa, Assembleia Nacional, 1947, p. 30. Uma comparação, ainda que pouco aprofundada, com o número de votos obtidos pelos homens não nos leva a pensar que tenha havido, nesse domínio, qualquer tipo de discriminação baseada no sexo.

¹⁶ José dos Santos Bessa (1905-1991) foi deputado de 1945 a 1974. Chegou ainda a ser vice-presidente da Câmara Municipal de Coimbra e administrador da Fundação Bissaya Barreto.

¹⁷ Cláudia Castelo, “Gersão, Virgínia Faria”, in *Dicionário de Educadores Portugueses* [...], p. 625-626; Maria Reynolds de Sousa, “Gersão, Virgínia Faria”, in *Dicionário Biográfico Parlamentar* [...], vol. I, p. 707-709; idem, “Virgínia Faria Gersão”, in *Dicionário no Feminino* [...], p. 886-888.

¹⁸ Albino Soares Pinto dos Reis Júnior (1888-1983) tinha sido deputado e autarca durante a Primeira República. Aderindo ao Estado Novo, foi ministro do Interior (1932-1933), presidente da Comissão Consultiva da União Nacional (1933-1945) e vice-presidente da Comissão Central da mesma (1933 e 1945-1968). Esteve na Assembleia Nacional do primeiro ao último dia de funcionamento (1935-1974), tendo sido seu vice-presidente (1938-1945) e depois presidente (1945-1961). Era um dos políticos mais próximos de Salazar, representando a ala liberal e republicana do regime.

¹⁹ Lisboa, A.N.T.T., A.O.S., C.O., P.C., 4C, pasta 15, f. 205.

²⁰ Marcelo Caetano (1906-1980), professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, foi, sucessivamente, comissário nacional da Mocidade Portuguesa (1940-1944), ministro das Colónias (1944-1947), presidente da Comissão Executiva da União Nacional (1947-1949), presidente da Câmara Corporativa (1949-1955) e ministro da Presidência (1955-1958). Acabou por suceder a Salazar em 1968, tendo sido deposto a 25 de Abril de 1974. Passou os últimos anos de vida exilado no Rio de Janeiro.

²¹ Lisboa, A.N.T.T., A.O.S., C.O., P.C., 4C, pasta 15, ff. 309 e 312. De Maria Teresa Pereira da Cunha presumo que seja a mesma pessoa, nascida em 1906 e falecida em data que desconheço, que, em 1949,

Caetano, seu antigo professor no Instituto de Serviço Social. Acrescente-se ainda que Maria Guardiola, não falada em nenhum dos documentos consultados, regressou então ao hemiciclo²².

A nova deputada, Maria Leonor Correia Botelho (1915-1996), tinha o curso de assistente social. Foi vice-presidente nacional da União Noelista Portuguesa e colaborou com a Obra das Mães pela Educação Nacional, tendo dirigido o respectivo centro social de Cascais (1939-1948). Leccionou em diversas instituições de ensino e foi directora do serviço social do Instituto de Assistência à Família (1947-1949). Depois de ter encerrado a sua carreira parlamentar, passou a trabalhar no Banco Nacional Ultramarino, chegando a directora dos respectivos serviços sociais (1962), lugar de que foi afastada após o 25 de Abril de 1974²³.

Na sexta legislatura (1953-1957) encontramos de novo duas mulheres, a mesma Leonor Botelho e uma estreante, Maria Margarida de Moura Portugal Craveiro Lopes dos Reis (n. 1918)²⁴. Prima do presidente da República, general Craveiro Lopes, eleito em 1951²⁵, foi convidada para ser deputada por Augusto Cancela de Abreu, presidente

publicou o livro *Nossa Senhora de Fátima, Peregrina do Mundo*. Quanto a Maria José Novais (1896-1982), foi procuradora à Câmara Corporativa (1935-1942) e vereadora da Câmara Municipal do Porto (1960-1967), tendo-se preocupado sempre com questões assistenciais.

²² Maria Guardiola obteve 139.114 votos e Leonor Botelho 139.348. Cfr. *Anais da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa (V Legislatura). 1ª Sessão Legislativa. 1949-1950*, Lisboa, Assembleia Nacional, 1952, p. 60.

²³ Irene Flunser Pimentel, “Botelho, Maria de Lurdes Correia Sampaio”, in *Dicionário de Educadores Portugueses* [...], p. 185-186; Maria Reynolds de Sousa, “Botelho, Maria de Lurdes Correia”, in *Dicionário Biográfico Parlamentar* [...], v. I, p. 274-277.

²⁴ A primeira foi eleita com 104.571 votos e a segunda com 104.892. Cfr. *Anais da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa (VI Legislatura). 1ª Sessão Legislativa. 1953-1954*, Lisboa, Assembleia Nacional, 1955, p. 12. Para a curta resenha biográfica de Margarida Craveiro Lopes dos Reis, recorri a F. R. da Silva, “Reis, Maria Margarida Craveiro Lopes dos”, in *Dicionário Biográfico Parlamentar* [...], v. II, p. 449-450, e, sobretudo, colhi utilíssimas informações da própria, em proveitosa conversa que com ela mantive, a 4 de Junho de 2011. Aproveito para lhe renovar os meus mais sinceros agradecimentos por se ter disponibilizado a responder às minhas perguntas, acolhendo-me na sua casa de Carcavelos. O meu reconhecimento é extensivo a algumas pessoas que tornaram possível a entrevista, Nuno Craveiro Lopes, Maria da Paz Craveiro Lopes dos Reis e Martim de Mendonça Craveiro Lopes dos Reis, respectivamente, primo, filha e neto da antiga deputada.

²⁵ O pai do chefe de Estado, João Carlos Craveiro Lopes (1871-1945), era irmão do avó paterno da deputada, António Carlos Craveiro Lopes (1868-1953). Recorde-se que Francisco Higinio Craveiro Lopes (1894-1964) foi eleito presidente da República em 1951, depois da morte do marechal Carmona. Oriundo da Força Aérea, era portador de uma ilustre folha de serviços, em que avulta uma participação na I Guerra Mundial, em Moçambique (1915). Posteriormente desempenhou, entre outras, as funções de governador-geral da Índia (1936-1938), comandante-geral da Legião Portuguesa (1944-1950) e deputado à Assembleia Nacional (1945-1951). O seu mandato presidencial desagradou a Salazar e à ala mais conservadora do Estado Novo, sobretudo devido às suas ligações a Marcelo Caetano e ao sector reformista, razão pela qual não foi apresentado a novo septanato em 1958. Promovido a marechal, esteve envolvido numa fracassada conspiração militar para afastar Salazar (1961) e pronunciou-se por diversas vezes a favor de uma liberalização do regime.

da Comissão Executiva da União Nacional²⁶. Era próxima de Marcelo Caetano²⁷, ainda que mais do ponto de vista familiar e pessoal do que político²⁸. Licenciada em Ciências Biológicas, nunca exerceu qualquer actividade profissional. Foi desde cedo uma colaboradora activa da Mocidade Portuguesa Feminina, escrevendo para as respectivas publicações periódicas, nomeadamente a *Menina e Moça* e o *Boletim para Dirigentes*, além de ter sido por custo espaço de tempo, em 1969, directora dos serviços de formação moral e social da organização²⁹. Quando Maria Guardiola deixou o comissariado nacional, em 1968, Margarida Craveiro Lopes dos Reis foi sondada para a substituir, tendo recusado³⁰. Tal como Leonor Botelho, pertenceu e foi vice-presidente nacional da União Noelista Portuguesa³¹.

²⁶ Augusto Cancela de Abreu (1895-1965), engenheiro civil, monárquico, foi deputado (1935-1942 e 1953-1957), ministro das Comunicações e Obras Públicas (1944-1947) e do Interior (1947-1950), presidente da Comissão Executiva da União Nacional (1950-1957) e procurador à Câmara Corporativa (1957-1961).

²⁷ Marcelo Rebelo de Sousa, *Baltazar Rebelo de Sousa. Fotobiografia*, Venda Nova, Bertrand, 1999, p. 65.

²⁸ Segundo a própria me referiu, era amiga pessoal do casal Caetano. A mulher do futuro presidente do Conselho, Teresa Teixeira de Queiroz de Barros Caetano (1906-1971), pertencia à União Noelista Portuguesa, assim como Margarida Craveiro Lopes dos Reis. Esta considerou, referindo-se à transmissão de poderes ocorrida em 1968, que Marcelo Caetano era a “pessoa indicada” para suceder ao criador do Estado Novo, acrescentando: “O Professor Salazar continuou igual a si próprio e o mundo já não era o mesmo”.

²⁹ Irene Flunser Pimentel, *História das Organizações Femininas do Estado Novo* [...], p. 338 e 427; Fidalgo, M. V., *Menina e Moça. Um Ideal de Formação Feminina (1960-1970)*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 2002. No número da revista *Menina e Moça* comemorativo dos 25 anos da criação da Mocidade Portuguesa Feminina, prestou o seu testemunho, dizendo a dado passo: “Seducia-nos a entrada na vida pública, até então quase vedada à mulher” (Maria Margarida Craveiro Lopes dos Reis, “A Mocidade Portuguesa Feminina, escola de exigência e alegria”, *Menina e Moça*, n. 182, Lisboa, 1963, p. 4).

³⁰ Na referida conversa que com ela tive, contou-me que foi seu marido, Eduardo Alberto Henriques dos Reis (1916-2008), engenheiro civil, que a alertou para as dificuldades do cargo. Segundo ele, o comissariado nacional da Mocidade Portuguesa Feminina era “quase um ministério”, tendo rematado: “não sabes no que te vais meter”.

³¹ Na entrevista que me concedeu, Margarida Craveiro Lopes dos Reis referiu que não notou diferenças de tratamento no hemiciclo pelo facto de ser mulher, aludindo à delicadeza e à cordialidade com que foi brindada pelos deputados do sexo masculino. “Era um ambiente muito agradável”, acrescentou. Algo de não muito diferente havia já sido referido por Ester de Lemos, deputada de 1965 a 1969, em entrevista publicada em 2001: “Reparei em nós porque éramos só três [aliás, quatro, Custódia Lopes, Ester de Lemos, Lurdes Albuquerque e Sinclética Torres]. Nesse tempo, com uma assembleia de senhores de outras gerações, éramos tratadas com a deferência que eles consideravam devidas a senhoras. De resto, no trabalho, nas intervenções e mesmo nos debates em que participei não notei diferenças especiais” (Maria Luísa Neves e António Ferreira de Sousa, “Esther de Lemos”, *Faces de Eva*, n. 6, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Centro de Estudos sobre a Mulher, Colibri, 2001, p. 151).



Fig. 1 - Margarida Craveiro Lopes dos Reis com colegas deputados.

3. Em termos de número de anos como deputadas³², Maria Guardiola foi a recordista, totalizando 14, seguida de Margarida Craveiro Lopes dos Reis, com 12 anos³³, Luísa Van Zeller, com 11 e Leonor Botelho com oito³⁴. Por seu lado, Virgínia Gersão esteve na Assembleia Nacional apenas durante quatro anos.

Destas cinco mulheres, todas foram eleitas pelo círculo de Lisboa. Integraram duas comissões: a da Educação Nacional, Cultura Popular e Interesses Espirituais e Morais (Maria Guardiola, Virgínia Gersão e Margarida Craveiro Lopes dos Reis) e a do Trabalho, Previdência, Saúde e Assistência Social (Luísa Van Zeller e Leonor Botelho)³⁵.

Exceptuando Virgínia Gersão, a maior parte colaborava de alguma forma com organizações femininas do Estado Novo, como a Mocidade Portuguesa Feminina e a

³² Considerou-se, naturalmente, todo o tempo que foram deputadas e não apenas o período de 1945-1957.

³³ Manteve-se até 1965. Segundo a própria me referiu, saiu por sua vontade, considerando que já tinha dado o seu contributo, apesar de terem insistido para que permanecesse. O lugar “não era eterno”, acrescentou.

³⁴ Deixou a Assembleia Nacional em 1957.

³⁵ Sobre as comissões parlamentares, cfr. J. M. Tavares Castilho, *Os Deputados da Assembleia Nacional* [...], p. 143-148.

Obra das Mães para a Educação Nacional³⁶, ou seja, pertencia à elite feminina do regime. Algumas também se achavam ligadas à União Noelista Portuguesa, ramo luso de um movimento católico de mulheres surgido em França nos derradeiros anos do século XIX, que incentivava à participação das mulheres na vida política, cívica e social³⁷.

Quanto aos perfis socioprofissionais das deputadas, temos duas professoras de liceu (uma de Matemática e outra de Português), uma doméstica (licenciada em Ciências Biológicas), uma médica e uma assistente social³⁸.

Em termos etários, tinham 32, 34, 35, 40³⁹ e 49 anos quando entraram pela primeira vez na Assembleia Nacional. A mais nova foi Luísa Van Zeller e a mais velha Virgínia Gersão. Verifica-se que eram bem mais jovens do que a maioria dos outros deputados que ingressava na Assembleia Nacional, cuja média foi, no período de 1945 a 1961, de 47 anos⁴⁰.

Duas delas eram naturais de Lisboa, uma de Bragança, outra do distrito de Castelo Branco e a quinta do distrito de Coimbra⁴¹.

Refira-se ainda que das cinco deputadas, só uma era casada e mãe de filhos. Tratava-se de Margarida Craveiro Lopes dos Reis, que foi a primeira nessas circunstâncias e a única até 1965⁴². Segundo a própria, terá sido Salazar a querer ver na Assembleia Nacional uma mãe de família⁴³.

4. No período em estudo, que se segue ao segundo pós-guerra, houve algumas alterações de vulto em Portugal, a começar por um desenvolvimento económico relativo e por uma abertura da economia portuguesa à Europa. Tal trouxe consequências de

³⁶ A respeito destas duas organizações, cfr. Irene Flunser Pimentel, *História das Organizações Femininas do Estado Novo* [...].

³⁷ Sobre esta instituição, cfr. Paulo Fontes e Maria Reynolds de Sousa, “A União Noelista Portuguesa. Um movimento católico de mulheres”, *Faces de Eva*, n. 22, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Centro de Estudos sobre a Mulher, Colibri, 2009, p. 105-123.

³⁸ O panorama geral da Assembleia Nacional foi estudado por J. M. Tavares Castilho, *Os Deputados da Assembleia Nacional* [...], pp. 176-199.

³⁹ Este caso é o de Maria Guardiola, que entrou em 1935. Quando regressou em 1949 tinha já 54 anos.

⁴⁰ J. M. Tavares Castilho, *Os Deputados da Assembleia Nacional* [...], p. 153.

⁴¹ Veja-se, para toda a Assembleia Nacional, J. M. Tavares Castilho, *Os Deputados da Assembleia Nacional* [...], p. 161-176.

⁴² Tinha seis filhos, Maria da Paz (n. 1942), Eduardo António (n. 1944), Margarida Maria (n. 1947), Maria Teresa (n. 1948), Luís Francisco (n. 1949) e Maria Isabel (n. 1952), todos com o apelido Craveiro Lopes dos Reis.

⁴³ Na legislatura iniciada em 1965, três das quatro deputadas eram casadas e mães. Cfr. Sousa, M. R. de, “Deputadas à Assembleia Nacional”, in *Dicionário no Feminino* [...], p. 266. Ao contrário do que refere esta autora, também Sinclética Torres era mãe, concretamente de Fernando Manuel (n. 1956), Olinda Maria (n. 1958) e Paulo Jorge (n. 1966), todos de apelido Torres Vieira Dias. Cfr. <<http://www.geni.com>>

carácter social: aumentaram os assalariados industriais, houve uma progressiva concentração urbana e acentuou-se a mobilidade social e profissional. Paralelamente a esses aspectos, sectores do regime consideravam necessária uma modernização política, que passaria pela substituição de Salazar na chefia do governo e talvez mesmo por uma gradual transição para a democracia. Um dos representantes dessa corrente era Marcelo Caetano⁴⁴.

Em termos da educação, houve, como nunca, um combate sistemático ao analfabetismo, graças sobretudo à acção de dois ministros da Educação Nacional, Fernando Pires de Lima (que desempenhou a pasta de 1947 a 1955)⁴⁵ e Francisco Leite Pinto (ministro de 1955 a 1961)⁴⁶ e dos respectivos sub-secretários de Estado, Henrique Veiga de Macedo (em funções de 1949 a 1955)⁴⁷ e Baltasar Rebelo de Sousa (no cargo de 1955 a 1961)⁴⁸. Salientem-se, a este respeito, o Plano de Educação Popular (1952), as reformas dos ensinos liceal (1947) e técnico-profissional (1948-1949) e a promulgação do Estatuto do Ensino Particular (1949)⁴⁹.

⁴⁴ César de Oliveira, “A evolução política”, in *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, coordenação de Fernando Rosas (= *Nova História de Portugal*, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, v. 12), Lisboa, Presença, 1992, p. 55-77; Fernando Martins, Luciano Amaral e Maria Fernanda Rollo, “As ‘mudanças invisíveis’ do pós-guerra”, in *O Estado Novo (1926-1974)*, coordenação de Fernando Rosas (= *História de Portugal*, direcção de José Matoso, v. VII), Lisboa, Estampa, 1994, p. 419-485, pp. 419-485; António José Telo, “Portugal, 1958-1974: sociedade em mudança”, in *História de Portugal. Dos Tempos Pré-Históricos aos nossos Dias*, direcção de João Medina, vol. XIII, tomo II, Amadora, Ediclube, 1995, p. 287-315; Meneses, F. R. de, *Salazar. Uma Biografia Política*, Lisboa, Dom Quixote, 2009, p. 359-446; Rui Ramos, “Idade Contemporânea (Séculos XIX-XXI)”, in *História de Portugal*, direcção de Rui Ramos, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2009, p. 667-679.

⁴⁵ Fernando Andrade Pires de Lima (1906-1970) era professor da Faculdade de Direito de Coimbra, onde desempenhara as funções de secretário (1935-1939). Foi procurador à Câmara Corporativa (1942- 1947 e 1955-1970), ministro da Educação Nacional (1947-1955) e ministro da Justiça interino (Maio-Junho de 1955).

⁴⁶ Francisco Paula Leite Pinto (1902-2000), licenciado em Matemática e em Engenharia Civil e doutor em Astrofísica, foi deputado (1938-1941) e procurador à Câmara Corporativa (1953-1955 e 1961-1973) e ministro da Educação Nacional (1955-1961). Era muito próximo de Marcelo Caetano. Em termos académicos, ocupou, a partir de 1940, cátedra no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras e chegou a reitor da Universidade Técnica de Lisboa (1963-1966). Depois da queda do Estado Novo, teve de ausentar-se em França e depois no Brasil, mas passou os derradeiros anos de vida em Portugal.

⁴⁷ Henrique Veiga de Macedo (1914-2005), licenciado em Direito, foi sub-secretário de Estado da Educação (1949-1955), ministro das Corporações e Assistência Social (1955-1961), presidente da Comissão Executiva da União Nacional (1961-1965) e deputado (1965-1974). Depois do 25 de Abril de 1974, passou a viver no Brasil, leccionando numa universidade de São Paulo.

⁴⁸ Baltasar Rebelo de Sousa (1921-2002), médico, com grande ligação à Mocidade Portuguesa – de que foi um dos primeiros voluntários (1936), tendo chegado a comissário nacional (1956-1960) –, foi deputado (1953-1961), sub-secretário de Estado da Educação (1955-1961) e governador de Moçambique (1968-1970). Muito próximo de Marcelo Caetano, foi por este nomeado ministro das Corporações e Previdência Social e da Saúde e Assistência (1970-1973) e, posteriormente, do Ultramar (1973-1974). Viveu em São Paulo (Brasil), onde foi empresário, de 1974 a 1992.

⁴⁹ Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal. Desde a Fundação da Nacionalidade até ao fim do Regime de Salazar-Caetano*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986, p. 784-791; António Nóvoa, “A “Educação Nacional””, in *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)* [...], p. 460-461; António Teodoro, *A Construção Política da Educação. Estado, Mudança Social e Políticas Educativas no*

5. Entrando na análise da acção destas deputadas em matérias do foro educativo, verifica-se que, a 30 de Janeiro de 1947, no decurso da IV legislatura, Luísa Van Zeller usou da palavra durante o debate na generalidade da proposta de lei de reorganização do ensino técnico-profissional, apresentada pelo governo no mês anterior. Começando por citar Salazar – que, no ano anterior, dissera “Nós temos mostrado, através das instituições, das leis e dos actos do Governo, a preocupação absorvente de reconduzir tudo e tudo integrar no plano nacional”⁵⁰ – a deputada esclareceu desde logo que uma primeira leitura do diploma indiciava que o mesmo parecia ir “preencher as lacunas, demover os obstáculos encontrados e marcar as novas directrizes do ensino técnico profissional”. Contudo, prosseguiu dizendo que tal não aconteceu, contemplando o projecto somente as três modalidades clássicas do referido ramo de ensino, deixando as demais para o sector privado. Tal era, no seu entender, “mau”, “erróneo” e “prejudicial”. Entre os âmbitos deixados de fora, achava-se o dos profissionais de serviço social. Aqui a deputada entrou em diálogo com o colega Marques de Carvalho⁵¹, que discordou de dever ser considerada como técnica a formação de assistentes sociais e enfermeiros. De forma diferente pensava Luísa Van Zeller, que acrescentou ainda os profissionais da educação física. No seu entender, faltavam também no diploma mecanismos no sentido de a mulher ser encaminhada para “as pequenas indústrias caseiras e regionais” e para os “trabalhos domésticos, agrícolas e hortícolas”, como se fazia na França, na Bélgica e na Itália. E esclarecia: “A cada passo, e em especial para as mulheres, ouvimos falar nos perigos do urbanismo e todos estão de acordo que é erro desenraizar das suas terras pessoas que aí poderiam resplandecer melhor na plenitude do seu rendimento social. Porque não havemos de prender às suas terras, por um maior e melhor desenvolvimento das indústrias locais, essas mulheres que, em busca de trabalho ou de diplomas que de futuro pouco ou nada lhes rendem, acorrem às cidades e que ali poderiam contribuir grandemente para a economia nacional?” Seguiu depois o seu raciocínio criticando a omissão feita no diploma ao papel da Mocidade Portuguesa, da Mocidade Portuguesa Feminina e da Obra das Mães pela Educação Nacional, a quem se

Portugal Contemporâneo, Porto, Afrontamento, 2001; Paulo Drumond Braga “Os ministros da Educação Nacional (1936-1974). Sociologia de uma função”, *Revista Lusófona de Educação*, v. 16, Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2011, 23-38.

⁵⁰ Oliveira Salazar, *Discursos e Notas Políticas*, v. IV, Coimbra, Coimbra Editora, 1951, p. 201-202.

⁵¹ Artur Rodrigues Marques de Carvalho (1900-1953), professor da Faculdade de Farmácia da Universidade do Porto, foi deputado de 1935 a 1953. Interveio várias vezes na Assembleia Nacional sobre questões relacionadas com a educação.

deviam, no caso da segunda, cursos de educação física e canto coral e, no da terceira, “cursos técnicos de vários misteres caseiros”. Neste particular, a deputada foi elogiada por Manuel Múrias⁵².

Seguiu-se a intervenção de Virgínia Gersão, que usou da palavra pela primeira vez nesse mesmo dia 30 de Janeiro de 1947. Embora se propusesse dissertar sobre o projecto de reforma do ensino técnico – e tendo, começado, de facto, por aí, considerando o relatório da comissão da reforma do mesmo um texto honesto e “muito bem feito sobre o ensino industrial e comercial, lamentando apenas que o agrícola não tivesse sido estudado com igual profundidade” – acabou por apresentar um quadro negro do que era o ensino primário de então. De facto, se, na sua infância “suaves programas sem acumulações forçadas, em que a criança tinha tempo para repetir à vontade, registando assim a valer aquelas noções que lhe haviam de ser precisas pela vida fora, decorando quase os trechos do seu livro de leitura, que lhe deixavam no ouvido uma certa cadência, uma musicalidade que a ensinava a redigir bem – porque também aprendia certas construções, que registava para sempre”, o oposto passava-se em 1947: “O vício actual, logo no começo dos estudos, é encher o cérebro dos alunos de coisas que pouco valem; e, a propósito de os habituarmos a raciocinar depressa, nem vemos que os tornamos quase autómatos”. Como consequência, “o cérebro da criança satura-se e a reacção vem depois. Os alunos que fizeram os seus cursos médios com doses iguais de inteligência e de cabulice, que, tendo capacidade para serem os ‘ursos’ se contentaram com o não faltar às aulas e estudar o suficiente para garantirem a passagem, são, em geral, os que mais triunfam depois. E porquê? Porque não estão exaustos, porque têm ali, quase intactas, todas as forças vivas a quem podem recorrer mais tarde. Senhor Presidente: as nossas crianças de hoje estão sobrecarregadas demais. Têm um trabalho inútil e violentíssimo”⁵³.

Note-se que a referida reforma do ensino técnico, começada a preparar por uma comissão nomeada em 1941, veio a ser implementada por decretos-lei de 25 de Agosto de 1948, 13 de Dezembro do mesmo ano e 22 de Julho de 1949. Veio substituir legislação de 1918 e 1931. A principal novidade foi a criação de um ciclo preparatório de dois anos. De notar ainda o alargamento da formação geral e tecnológica em

⁵² *Diário das Sessões*, n. 82, Lisboa, Assembleia Nacional, 1 de Fevereiro de 1947, p. 440-444. Manuel Maria Múrias Júnior (1900-1960), integralista, depois nacional-sindicalista, acabou por aderir ao Estado Novo. Foi professor da Escola do Magistério Primário de Lisboa, director do Arquivo Histórico Ultramarino e do *Diário da Manhã*. Esteve na Assembleia Nacional de 1942 a 1957.

⁵³ *Diário das Sessões*, n. 82, Lisboa, Assembleia Nacional, 1 de Fevereiro de 1947, p. 444-448.

detrimento da formação prática. Esta legislação manteve-se, no essencial, até à queda do Estado Novo, não tendo chegado a ser implementada uma reforma de Veiga Simão, datada de 1973⁵⁴.

Cerca de um ano volvido sobre a sua primeira intervenção, concretamente a 27 de Janeiro de 1948, Virgínia Gersão pronunciou-se sobre a reforma do ensino liceal, então recentemente publicada (Setembro de 1947) e ainda alvo de muita polémica e discussão. Entre outros aspectos, estabeleceu três ciclos para o ensino liceal (o terceiro apenas para quem fosse ingressar no ensino superior), reforçou os poderes dos reitores, aumentara o papel da Mocidade Portuguesa e da Mocidade Portuguesa Feminina nos liceus e criou a inspecção do ensino liceal⁵⁵.

Virgínia Gersão começou por dizer que não tinha pedido a palavra para atacar a reforma, especificando depois: “tenho seguido, na verdade, uma outra orientação pedagógica que poderia levar-me a ser injusta”. Colocou então algumas questões: em primeiro lugar, o tempo que os alunos passavam nos liceus: “se a criança é obrigada no liceu a um esforço de tantas horas, e ainda depois leva para casa trabalho para realizar, temos de confessar que a nossa missão de professores chega a ser cruel, para lhe não chamar criminosa”. A deputada foi a dado passo interrompida por Mário de Figueiredo – antigo ministro da Educação Nacional e, note-se, iniciador do projecto que levaria à legislação de 1947 –, que a acusou de atacar o professor e não a reforma⁵⁶. Virgínia Gersão defendeu-se da acusação, negando-a, e referiu-se ainda aos seguintes aspectos: a dificuldade que havia em avaliar os alunos em “turmas de quarenta”, a supressão do

⁵⁴ *Ensino Técnico Profissional. Edição Oficial*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1950; Sérgio Grácio, *Ensinos Técnicos e Política em Portugal. 1910 / 1990*, Lisboa, Instituto Piaget, 1998, p. 117-135; Albérico Afonso Costa, *Salazar e a Escola Técnica. A Reforma Tolerada num Regime Intolerante*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 2011.

⁵⁵ *Diário do Governo*, I série, n. 216, Lisboa, 17 de Setembro de 1947, p. 879-927; António Nóvoa, “A ‘Educação Nacional’ [...]”, p. 484-489; idem, “Ensino Liceal”, in *Dicionário de História do Estado Novo* [...], v. I, p. 301-303; Áurea Adão, “Ensino secundário”, in *Dicionário de História de Portugal* [...], v. VII, p. 639-640; Áurea Adão e Maria José Remédios, “Memória para a frente, e... o resto é lotaria dos exames. A reforma do ensino liceal em 1947”, *Revista Lusófona de Educação*, v. 12, Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2008, p. 41-65; Jorge Ramos do Ó, *Ensino Liceal (1836-1975)*, Lisboa, Ministério da Educação, Secretaria-Geral, 2009. Em 1960, Marcelo Caetano – um homem do regime, ainda que à data afastado da política – classificou esta reforma como “a mais nefasta de todas as providências pedagógicas postas em vigor em Portugal nos últimos cento e cinquenta anos” (*apud* Guilherme Braga da Cruz, “Relação do Latim com o Direito”, in id., *Obras Esparsas*, v. IV, 2. parte, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1985, p. 464).

⁵⁶ Mário de Figueiredo (1891-1969), monárquico, amigo pessoal de Salazar, professor da Faculdade de Direito de Coimbra, foi ministro da Justiça (1928-1929) e da Educação Nacional (1940-1944). Era deputado desde 1935, tendo chegado a presidente da Assembleia Nacional (1961-1969). Foi ainda presidente da Junta Nacional de Educação (1940-1950).

Latim, o fim das aulas práticas de Ciências e o desaparecimento do ponto programático relativo a *Os Lusíadas* da secção de Ciências⁵⁷.

Passado quase um ano, a 10 de Dezembro de 1948, Virgínia Gersão voltou a falar aos colegas deputados. Tecendo considerações de ordem muito geral – não deixando, a dado passo, de salientar: “sou mesmo partidária do ensino pré-primário” –, insistiu depois: “Eu queria que a criança de hoje fosse respeitada como criança. Educá-la como um adulto é um erro grave, apontado por todos os pedagogos”. Em suma, seria indispensável, no seu entender, limitar quer o número de horas passadas nos liceus pelos alunos quer o volume de trabalho que a estes era exigido: “Que importa que o aluno aos 15 anos seja um pequenino sábio, se a sua saúde ficou prejudicada com a aquisição dos seus conhecimentos e não pode um dia lançar mão deles?”⁵⁸

A 23 de Março de 1949, a mesma deputada falou a respeito da proposta de lei sobre o ensino particular, alertando para o perigo das concessões de diplomas de habilitação para funções docentes em estabelecimentos privados a pessoas sem cursos superiores. Não deixou, entretanto, de criticar alguns aspectos do ensino universitário, como a “carga esmagadora de conhecimentos a que se é obrigado” e o “pavor dos exames de licenciatura – que se me afiguram desnecessários e injustos”⁵⁹. O Estatuto do Ensino Particular veio a ser publicado a 8 de Setembro desse ano, acompanhado do decreto-lei que regulamentava a inspecção desse mesmo ensino⁶⁰.

Já na V legislatura (1949-1953), concretamente a 4 de Novembro de 1952, Maria Guardiola felicitou o governo pelos decretos n.ºs 38 968 e 38 969, publicados dias antes⁶¹. A deputada, depois de lembrar que havia mais de um século que se procurava erradicar de Portugal o analfabetismo, centrou os seus elogios no esforço feito pelo Estado Novo, onde a “estabilidade governativa e o equilíbrio financeiro, que o movimento de 1926 tornara possível no nosso País”, levaram a que a taxa de analfabetismo verificada em 1930 (61,8%) tivesse baixado em 20 anos para 40,4%. Esse valor, contudo, “não satisfazia o brio nacional, e por isso o Governo se lança agora numa mais intensa e segura campanha de combate ao analfabetismo”. Maria Guardiola salientou em seguida que se alargou “o período dentro do qual as crianças sem exame da 3.ª classe podem frequentar a escola”, facilitou-se e desenvolveu-se “a acção social e

⁵⁷ *Diário das Sessões*, n. 128, Lisboa, Assembleia Nacional, 28 de Janeiro de 1948, p. 192-194.

⁵⁸ *Diário das Sessões*, n. 161, Lisboa, Assembleia Nacional, 11 de Dezembro de 1952, p. 34.

⁵⁹ *Diário das Sessões*, n. 179, Lisboa, Assembleia Nacional, 24 de Março de 1949, p. 313.

⁶⁰ *Diário do Governo*, I série, n. 197, Lisboa, 8 de Setembro de 1949, p. 653-662; António Nóvoa, “A ‘Educação Nacional’ [...]”, p. 461-464.

⁶¹ *Diário do Governo*, I série, n. 241, Lisboa, 27 de Outubro de 1952, p. 1067-1095.

beneficente das cantinas e caixas escolares”, agravou-se o sistema repressivo dos que transgrediam a obrigatoriedade do ensino e procurou investir-se na educação de adultos, através de uma anunciada Campanha de Educação de Adultos⁶². Em suma, “o problema da educação popular, cuidadosamente estudado, aparece resolvido nestes diplomas com o sentido exacto das nossas possibilidades e das realidades existentes”⁶³.

Maria Guardiola falou mais uma vez na V legislatura, a 15 de Dezembro de 1952. Seria a sua última intervenção na Assembleia Nacional. Fê-lo em resposta a uma série de dúvidas colocadas, a 20 de Novembro, pelo deputado Jacinto Ferreira⁶⁴, em relação à Mocidade Portuguesa e à Mocidade Portuguesa Feminina⁶⁵. No seu longo discurso, a deputada defendeu a organização de que era comissária nacional, esclarecendo que iria apenas ocupar-se “dos meios que a Mocidade Portuguesa Feminina utiliza para dar corpo e vida ao seu sentido educativo, da extensão do trabalho que lhe cumpre realizar e das dificuldades a vencer, entre as quais não é a das menores a que resulta ainda da incompreensão de tantos”. Entre outros aspectos, salientou a escassa implantação (“O movimento não abarcou ainda senão uma percentagem mínima das raparigas portuguesas, e mesmo da população escolar feminina do País só uma parte foi atingida”), a preparação das dirigentes e instrutoras, a formação das filiadas e os meios de actuação. Deu especial destaque à visita efectuada por algumas das jovens da organização a África, no Verão de 1950, sugestivamente classificada pela comissária nacional como “um acto de acertada política ultramarina”⁶⁶. Recorde-se que dava então os primeiros passos a campanha internacional a favor da descolonização.

Na VI legislatura (1953-1957), usou da palavra, a 11 de Março de 1954, a deputada Margarida Craveiro Lopes dos Reis, apenas para solicitar ao ministério da Educação alguns elementos: número de alunos com idade escolar que concluíram a instrução primária nos últimos 10 anos; número de alunos que se inscreveram no ensino secundário e no ensino técnico nos anos lectivos imediatamente seguintes; número e

⁶² Sobre esta, cfr. J. M. Parreira, *O Plano de Educação Popular (1952-1956). Um Desígnio da Educação Nacionalista para a Escolaridade Obrigatória*, dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, especialização em Educação, Desenvolvimento e Políticas Educativas apresentada à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, exemplar mimeografado, Lisboa, 2006.

⁶³ *Diário das Sessões*, n. 159, Lisboa, Assembleia Nacional, 5 de Novembro de 1952, p. 886-887.

⁶⁴ Jacinto Ferreira (1906-?), deputado de 1949 a 1953, foi antes procurador à Câmara Corporativa (1944-1949). Dirigiu o jornal monárquico *O Debate* (1951-1974). Em termos profissionais, foi médico veterinário e professor da Escola Superior Veterinária.

⁶⁵ *Diário das Sessões*, n. 167, Lisboa, Assembleia Nacional, 20 de Novembro de 1952, p. 1034-1037. Enquadre-se em Irene Flunser Pimentel, *História das Organizações Femininas do Estado Novo* [...], p. 228-229.

⁶⁶ *Diário das Sessões*, n. 184, Lisboa, Assembleia Nacional, 16 de Dezembro de 1952, p. 390-394.

capacidade de escolas técnicas oficiais e privadas que admitem alunos que tenham completado a instrução primária; programas dos quatro primeiros anos do ensino técnico; diplomas possíveis de obter nos quatro primeiros anos do ensino técnico; profissões a que esses diplomas dão acesso; número de escolas técnicas cujas oficinas se destinam apenas à aprendizagem dos alunos e as que trabalham igualmente para fins comerciais⁶⁷.

Mais tarde, a 16 de Janeiro de 1957, a mesma deputada assinou, com 16 colegas parlamentares, à frente dos quais se achava Joaquim de Moura Relvas⁶⁸, uma solicitação para transformar o decreto-lei n.º 40 900 – que criava a Comissão Permanente das Obras Circum-Ecolares e Sociais do Ensino Superior – em proposta de lei, que foi aprovada, com emendas, e enviada à Câmara Corporativa. Esta, a 16 de Agosto, emitiu o seu parecer, de que foi relator Guilherme Braga da Cruz⁶⁹. A legislatura entretanto terminou, sem que a Assembleia Nacional voltasse a pronunciar-se. Entretanto, desencadeou-se a crise académica de 1962 e o governo, a 15 de Outubro desse ano, promulgou o decreto-lei n.º 44 632, que substituiu o 40 900, aproveitando bastante o conteúdo do parecer da Câmara Corporativa⁷⁰.

⁶⁷ *Diário das Sessões*, n. 40, Lisboa, Assembleia Nacional, 12 de Março de 1954, p. 390-394.

⁶⁸ Joaquim de Moura Relvas (1898-1981), médico radiologista, foi deputado (1935-1942 e 1945-1957) e procurador à Câmara Corporativa (1965-1966), além de governador civil de Coimbra e presidente da Câmara Municipal da mesma cidade.

⁶⁹ Guilherme Braga da Cruz (1916-1977), monárquico e católico, foi professor da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, desempenhando as funções de director da faculdade (1958-1961), reitor da Universidade (1961-1962) e director da biblioteca geral (1971- 1977). Procurador à Câmara Corporativa (1953-1962) e seu vice-presidente (1955-1957 e 1959-1960), além de vogal da Junta Nacional da Educação (1955-1962 e 1966-1974), nunca se coibiu de criticar medidas políticas, por exemplo, aquando da crise académica de 1962 e do conflito entre o bispo da Beira, D. Sebastião Soares de Resende, e as autoridades ultramarinas, em 1965.

⁷⁰ A documentação sobre todo este processo foi reunida e publicada por João Pedro Ferro, *A Primavera que abalou o Regime. A Crise Académica de 1962*, Lisboa, Presença, 1996, p. 95-202 e 512-519. Sobre a crise académica de 1962, cfr., além do mesmo João Pedro Ferro, Nuno Caiado, *Movimentos Estudantis em Portugal: 1945-1980*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1990, p. 81-114; Álvaro Garrido, *Movimento Estudantil e Crise do Estado Novo. Coimbra, 1962*, Coimbra, Minerva, 1996.

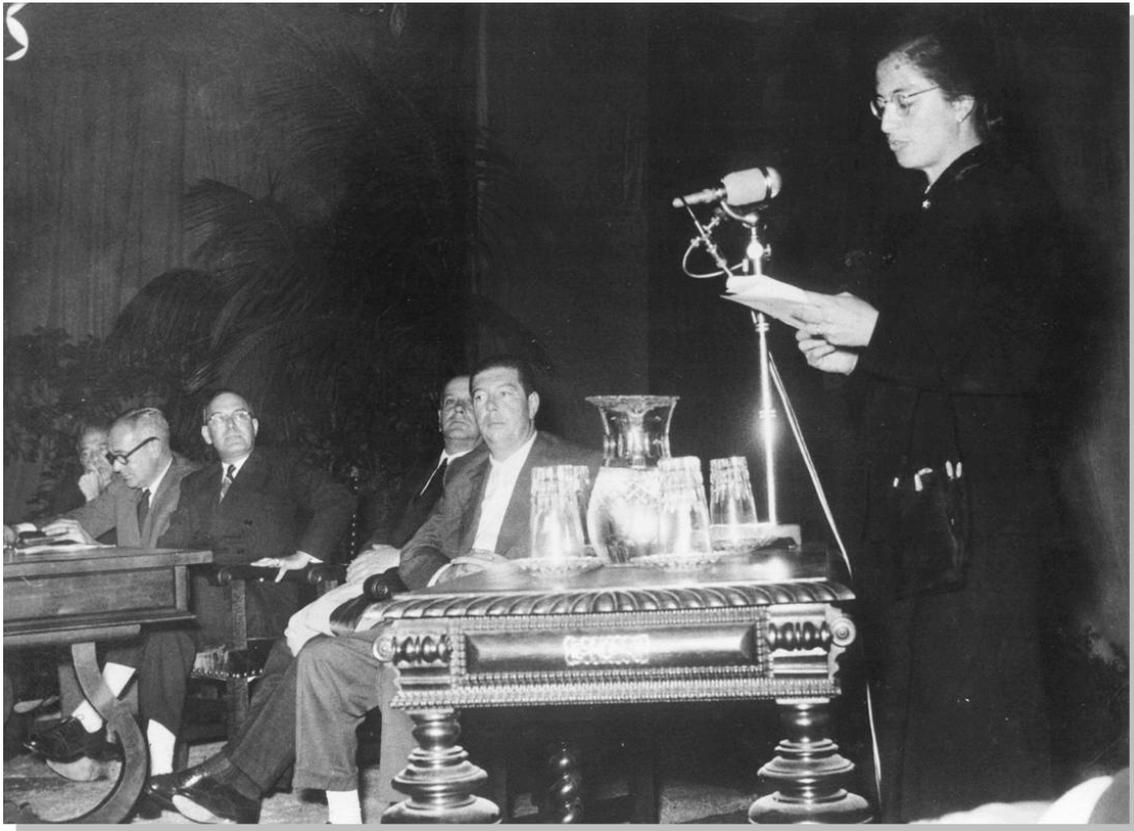


Fig. 2 – Margarida Craveiro Lopes dos Reis numa intervenção parlamentar.

6. Das cinco deputadas em funções entre 1945 e 1957, Leonor Botelho foi a única que nunca abordou temas relacionados com a educação, tendo centrado os seus interesses em questões sociais. Já Margarida Craveiro Lopes dos Reis solicitou ao governo alguns dados quantitativos e assinou uma proposta relativa à regulamentação das actividades circum-escolares. Todavia, na sua primeira intervenção na Assembleia Nacional referiu: “pedi hoje a palavra para tomar parte num debate que pode parecer alheio ao sector educacional e familiar a que me considerei restrita”⁷¹.

Já as três restantes deputadas abordaram com maior insistência assuntos do foro educacional, alguns dos quais claramente na ordem do dia: as reformas dos ensinos técnico-profissional (Luísa Van Zeller e Virgínia Gersão), liceal (Virgínia Gersão) e privado (Virgínia Gersão), a situação do ensino primário (Virgínia Gersão) e o combate ao analfabetismo (Maria Guardiola). O papel da Mocidade Portuguesa Feminina num mundo em transformação também não ficou de fora (Maria Guardiola).

⁷¹ *Diário das Sessões*, n. 19, Lisboa, Assembleia Nacional, 26 de Janeiro de 1954, p. 257. O debate em causa era em torno da proposta de lei relativa à colonização de terrenos beneficiados por obras de fomento hidroagrícola. Na conversa que mantive comigo em Junho de 2011, já anteriormente referida, Margarida Craveiro Lopes dos Reis considerou que a educação, mais do que a saúde e a assistência, havia sido o seu campo de eleição enquanto deputada.

Se se olhar apenas o panorama da educação, verifica-se que Virgínia Gersão foi a deputada mais produtiva, intervindo quatro vezes no decurso de uma única legislatura. Maria Guardiola usou da palavra duas vezes e Luísa Van Zeller apenas uma.

Estas mulheres abordaram outras questões: Luísa Van Zeller falou de problemas de saúde pública e defendeu o alargamento do sufrágio feminino, aliás, tal como Virgínia Gersão, que também se preocupou com os tuberculosos; Maria Guardiola referiu-se a Carolina Michaelis de Vasconcelos, quando passava o primeiro centenário do seu nascimento; e Margarida Craveiro Lopes dos Reis abordou temas tão diversos como a colonização interna, as habitações económicas e a protecção à família⁷².

7. Num mundo que estava a mudar, as cinco deputadas da Assembleia Nacional em funções entre 1945 e 1957, pertencendo quase todas à elite feminina do Estado Novo, tentaram dar o seu contributo à modernização do País, obviamente sempre no quadro do regime vigente, que, naturalmente, nunca puseram em causa. Quatro dessas mulheres tiveram a educação entre as suas principais preocupações, debatendo questões diversas então na ordem do dia.

Referências

ADÃO, Áurea, Ensino secundário, in *Dicionário de História de Portugal*. Suplemento, direção de António Barreto e Maria Filomena Mónica, v. VII, Porto, Figueirinhas, 1999, p. 639-640.

ADÃO, Áurea, REMÉDIOS, Maria José, A narratividade educativa na 1. fase da governação de Oliveira Salazar. A voz das mulheres na Assembleia Nacional portuguesa (1935-1945), *Revista Lusófona de Educação*, v. 5, Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2005, p. 85-109.

ADÃO, Áurea, REMÉDIOS, Maria José, Memória para a frente, e... o resto é lotaria dos exames. A reforma do ensino liceal em 1947, *Revista Lusófona de Educação*, v. 12, Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2008, p. 41-65.

⁷² Não se estava, afinal, muito longe do juízo quase sentencial, manifestado em 1935 pela deputada Maria Cândida Parreira, quando pela primeira vez falou no hemiciclo de São Bento: “Tenho a impressão que não são bem os decretos sobre vinhos, sobre caminhos-de-ferro ou sobre electricidade que nos [refere-se às mulheres deputadas] devem conduzir a esta tribuna, mas sim todos aqueles que respeitem à família, à educação e à assistência. Estes, sim, estão bem para serem tratados por nós” (*Diário das Sessões*, n.º 11, Lisboa, Assembleia Nacional, 8 de Fevereiro de 1935, p. 211). Por seu lado, na já referida entrevista publicada em 2001, Ester de Lemos, ao reflectir sobre a sua passagem pela Assembleia Nacional (1965-1969), observou: “Interessou-me sobretudo o que se relacionava com problemas de formação e educação. Talvez aí se possa ver a marca da natureza feminina, que esses problemas tocam particularmente” (Maria Luísa Neves e António Ferreira de Sousa, “Esther de Lemos” [...], p. 151).

Anais da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa (IV Legislatura). 1. Sessão Legislativa. 1945-1946, Lisboa, Assembleia Nacional, 1947.

Anais da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa (V Legislatura). 1. Sessão Legislativa. 1949-1950, Lisboa, Assembleia Nacional, 1952.

Anais da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa (VI Legislatura). 1. Sessão Legislativa. 1953-1954, Lisboa, Assembleia Nacional, 1955.

BRAGA, Paulo Drumond, Os ministros da Educação Nacional (1936-1974). Sociologia de uma função, *Revista Lusófona de Educação*, v. 16, Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2011, p. 23-38.

CAIADO, Nuno, *Movimentos Estudantis em Portugal. 1945-1980*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1990.

CARVALHO, Rita Almeida, *A Assembleia Nacional no Pós-Guerra (1945-1949)*, Lisboa, Assembleia da República, Porto, Afrontamento, 2002.

CARVALHO, Rómulo de, *História do Ensino em Portugal. Desde a Fundação da Nacionalidade até ao fim do Regime de Salazar-Caetano*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

CASTELO, Cláudia, Gersão, Virgínia Faria, in *Dicionário de Educadores Portugueses*, direção de António Nóvoa, Porto, Asa, 2003, p. 625-626.

CASTELO, Cláudia, Van Zeller, Maria Luísa, in *Dicionário de Educadores Portugueses*, direção de António Nóvoa, Porto, Asa, 2003, p. 1394.

CASTILHO, J. M. Tavares, *Os Deputados da Assembleia Nacional (1935-1974)*, Lisboa, Assembleia da República, Texto, 2009.

COSTA, Albérico Afonso, *Salazar e a Escola Técnica. A Reforma Tolerada num Regime Intolerante*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 2011.

CRUZ, Guilherme Braga da, Relação do Latim com o Direito, in id., *Obras Esparsas*, v. IV, 2. parte, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1985, p. 464.

CRUZ, Manuel Braga da, Assembleia Nacional, in *Dicionário de História de Portugal. Suplemento*, direção de António Barreto e Maria Filomena Mónica, v. VII, Porto, Figueirinhas, 1999, p. 132-134.

Diário das Sessões, Lisboa, Assembleia Nacional, 1935, 1947-1954.

Diário do Governo, I série, n. 197, Lisboa, 8 de Setembro de 1949; I série, n. 216, Lisboa, 17 de Setembro de 1947, p. 879-927; I série, n. 241, Lisboa, 27 de Outubro de 1952.

Ensino Técnico Profissional. Edição Oficial. Lisboa: Imprensa Nacional, 1950.

FERRO, João Pedro, *A Primavera que abalou o Regime. A Crise Académica de 1962*, Lisboa, Presença, 1996.

FIDALGO, Marta Véstia, *Menina e Moça. Um Ideal de Formação Feminina (1960-1970)*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 2002.

FONTES, Paulo, SOUSA, Maria Reynolds de, A União Noelista Portuguesa. Um movimento católico de mulheres, *Faces de Eva*, v. 22, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Centro de Estudos sobre a Mulher, Colibri, 2009, p. 105-123.

GARRIDO, Álvaro, *Movimento Estudantil e Crise do Estado Novo*. Coimbra, 1962, Coimbra, Minerva, 1996.

GRÁCIO, Sérgio, *Ensinos Técnicos e Política em Portugal. 1910 / 1990*, Lisboa, Instituto Piaget, 1998.

MARTINS, Fernando, AMARAL, Luciano, ROLLO, Maria Fernanda, As ‘mudanças invisíveis’ do pós-guerra, in *O Estado Novo (1926-1974)*, coordenação de Fernando Rosas (= *História de Portugal*, direção de José Matoso, v. VII), Lisboa, Estampa, 1994, p. 419-485.

MENESES, Filipe Ribeiro de, *Salazar. Uma Biografia Política*, Lisboa, Dom Quixote, 2009.

NEVES, Maria Luísa, SOUSA, António Ferreira de Sousa, Esther de Lemos, *Faces de Eva*, v. 6, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Centro de Estudos sobre a Mulher, Colibri, 2001, p. 143-152.

NÓVOA, António, A ‘Educação Nacional’, in *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, coordenação de Fernando Rosas (= *Nova História de Portugal*, direção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, v. 12), Lisboa, Presença, 1992, p. 456-519.

NÓVOA, António, Ensino Liceal, in *Dicionário de História do Estado Novo*, direção de Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, v. I, Venda Nova, Bertrand, 1996, p. 301-303.

Ó, Jorge Ramos do, *Ensino Liceal (1836-1975)*, Lisboa, Ministério da Educação, Secretaria-Geral, 2009.

OLIVEIRA, César de, A evolução política, in *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, coordenação de Fernando Rosas (= *Nova História de Portugal*, direção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, v. 12), Lisboa, Presença, 1992, p. 55-77.

PARREIRA, Jorge Martins, *O Plano de Educação Popular (1952-1956)*. Um Desígnio da Educação Nacionalista para a Escolaridade Obrigatória, dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, especialização em Educação, Desenvolvimento e Políticas Educativas apresentada à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, exemplar mimeografado, Lisboa, 2006.

PEREIRA, Sara Marques, Maria Baptista dos Santos Guardiola, in *Dicionário no Feminino (Séculos XIX-XX)*, direção de Zília Osório de Castro e João Esteves, coordenação de António Ferreira de Sousa, Ilda Soares de Abreu e Maria Emília Stone, Lisboa, Horizonte, 2005, p. 593-599.

PIMENTEL, Irene Flunser, Botelho, Maria de Lurdes Correia Sampaio, in *Dicionário de Educadores Portugueses*, direção de António Nóvoa, Porto, Asa, 2003, p. 185-186.

PIMENTEL, Irene Flunser, Guardiola, Maria Baptista dos Santos, in *Dicionário de História do Estado Novo*, direção de Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, v. I, Venda Nova, Bertrand, 1996, p. 409.

PIMENTEL, Irene Flunser, Guardiola, Maria Baptista dos Santos, in *Dicionário de Educadores Portugueses*, direção de António Nóvoa, Porto, Asa, 2003, p. 661-663.

PIMENTEL, Irene Flunser, *História das Organizações Femininas do Estado Novo*, Lisboa, Temas e Debates, 2001.

PIMENTEL, Irene Flunser, ESTEVES, J., Carvalho, Domitila de, in *Dicionário de Educadores Portugueses*, direção de António Nóvoa, Porto, Asa, 2003, p. 292-293.

QUINTAS, José Manuel, Assembleia Nacional, in *Dicionário de História do Estado Novo*, direção de Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, v. I, Venda Nova, Bertrand, 1996, p. 69-70.

RAMOS, Rui, Idade Contemporânea (Séculos XIX-XXI), in *História de Portugal*, direção de Rui Ramos, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2009, p. 667-679.

REIS, Maria Margarida Craveiro Lopes dos, A Mocidade Portuguesa Feminina, escola de exigência e alegria, *Menina e Moça*, n. 182, Lisboa, 1963, p. 4.

REMÉDIOS, Maria José, Domitila Hormizinda Miranda de Carvalho, in *Dicionário no Feminino (Séculos XIX-XX)*, direção de Zília Osório de Castro e João Esteves, coordenação de António Ferreira de Sousa, Ilda Soares de Abreu e Maria Emília Stone, Lisboa, Horizonte, 2005, p. 284-285.

ROSAS, Fernando, *As Primeiras Eleições Legislativas sob o Estado Novo*. As Eleições de 16 de Dezembro de 1934, Lisboa, *O Jornal*, 1985.

SALAZAR, Oliveira, *Discursos e Notas Políticas*, v. IV, Coimbra, Coimbra Editora, 1951, p. 201-202.

SILVA, Filipa Ribeiro, Reis, Maria Margarida Craveiro Lopes dos, in *Dicionário Biográfico Parlamentar. 1935-1974*, direção de Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, v. II, Lisboa, Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Assembleia da República, 2005, p. 449-450.

SOUSA, Marcelo Rebelo de, *Baltazar Rebelo de Sousa. Fotobiografia*, Venda Nova, Bertrand, 1999.

SOUSA, Maria Reynolds de, As primeiras deputadas portuguesas, in *A Mulher na Sociedade Portuguesa. Visão Histórica e Perspectivas Actuais*, v. II, Coimbra, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Instituto de História Económica e Social, 1986, p. 427-444.

SOUSA, Maria Reynolds de, Botelho, Maria de Lurdes Correia, in *Dicionário Biográfico Parlamentar. 1935-1974*, direção de Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, v. I, Lisboa, Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Assembleia da República, 2005, p. 274-277.

SOUSA, Maria Reynolds de, Carvalho, Domitila Hormizinda Miranda de, in *Dicionário Biográfico Parlamentar. 1935-1974*, direção de Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, v. I, Lisboa, Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Assembleia da República, 2005, p. 363-365.

SOUSA, Maria Reynolds de, Deputadas à Assembleia Nacional, in *Dicionário no Feminino (Séculos XIX-XX)*, direção de Zília Osório de Castro e João Esteves, coordenação de António Ferreira de Sousa, Ilda Soares de Abreu e Maria Emília Stone, Lisboa, Horizonte, 2005, p. 264-275.

SOUSA, Maria Reynolds de, Gersão, Virgínia Faria, in *Dicionário Biográfico Parlamentar. 1935-1974*, direção de Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, v. I, Lisboa, Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Assembleia da República, 2005, p. 707-709.

SOUSA, Maria Reynolds de, Guardiola, Maria Baptista dos Santos, in *Dicionário Biográfico Parlamentar. 1935-1974*, direção de Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, v. I, Lisboa, Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Assembleia da República, 2005, p. 741-746.

SOUSA, Maria Reynolds de, Maria Cândida Bragança Parreira, in *Dicionário no Feminino (Séculos XIX-XX)*, direção de Zília Osório de Castro e João Esteves, coordenação de António Ferreira de Sousa, Ilda Soares de Abreu e Maria Emília Stone, Lisboa, Horizonte, 2005, p. 601-602.

SOUSA, Maria Reynolds de, Maria Luísa de Saldanha da Gama Van Zeller, in *Dicionário no Feminino (Séculos XIX-XX)*, direção de Zília Osório de Castro e João Esteves, coordenação de António Ferreira de Sousa, Ilda Soares de Abreu e Maria Emília Stone, Lisboa, Horizonte, 2005, p. 724-727.

SOUSA, Maria Reynolds de, Parreira, Maria Cândida Bragança, in *Dicionário Biográfico Parlamentar. 1935-1974*, direção de Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, v. II, Lisboa, Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Assembleia da República, 2005, p. 292-295.

SOUSA, Maria Reynolds de, Van Zeller, Maria Luísa Saldanha da Gama, in *Dicionário Biográfico Parlamentar. 1935-1974*, direção de Manuel Braga da Cruz e António Costa Pinto, v. II, Lisboa, Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Assembleia da República, 2005, p. 727-731.

SOUSA, Maria Reynolds de, Virgínia Faria Gersão, in *Dicionário no Feminino (Séculos XIX-XX)*, direção de Zília Osório de Castro e João Esteves, coordenação de António Ferreira de Sousa, Ilda Soares de Abreu e Maria Emília Stone, Lisboa, Horizonte, 2005, p. 886-888.

TELO, António José, Portugal, 1958-1974: sociedade em mudança, in *História de Portugal. Dos Tempos Pré-Históricos aos nossos Dias*, direção de João Medina, v. XIII, tomo II, Amadora, Ediclube, 1995, p. 287-315.

TEODORO, António, *A Construção Política da Educação. Estado, Mudança Social e Políticas Educativas no Portugal Contemporâneo*, Porto, Afrontamento, 2001.

VARGAS, Ana, Mulheres na Assembleia Nacional (1933/1974), Eleições. *Revista de Assuntos Eleitorais*, v. 6, Lisboa, 2000, p. 43-62.

VICENTE, Ana, Guardiola, Maria Baptista dos Santos, in *Dicionário de História de Portugal. Suplemento*, direção de António Barreto e Maria Filomena Mónica, v. VIII, Porto, Figueirinhas, 1999, p. 741-746.